

Munhoz condena taxa de juros

ARQUIVO

Para o ex-ministro Bresser Pereira, a inflação não será domada, pois o plano já começa a dar sinais de desgaste. Antônio Kandir rebate a opinião, assegurando que o Governo tem total controle sobre sua política monetária e poderá ampliar os mecanismos de política fiscal em 1991, assegurando a queda da inflação e retomada do processo de crescimento. Para o economista Décio Munhoz, professor da Universidade de Brasília, sem a queda das taxas de juros, o que detonaria a política monetária, o setor produtivo tende ao estrangulamento.

Uma explicação complexa dos assessores de Kandir aponta para diferenças no comportamento clássico da curva de oferta e demanda. Atípico, o processo econômico brasileiro não obedeceria às leis de mercado, o que significa que a redução da oferta de bens e serviços não acompanha o comportamento da procura por eles, acarretando compatibilidade nos preços. O único elemento controlável é o dinheiro e sobre ele o Governo tem poder absoluto hoje, segundo garantem os técnicos. O custo recessivo de uma política monetária, como a aplicada, divide os economistas dentro da própria equipe de Zélia.

Para alguns a reserva de cruzeiros em poder do Banco Central poderia, sem causar impactos sobre o Plano, ser liberada para alguns setores da economia, de forma a alavancar o processo de crescimento. A medida se volta-



Antonio Kandir não é pessimista

ria basicamente para os setores onde a oferta de empregos está em queda livre.

Mesmo as previsões menos sombrias, dentro do próprio Governo, vão requerer um pacto político para dar sustentação ao processo de retração econômica como forma de combate à inflação. É que do dia 1º de janeiro em diante, o Plano Collor é visto como irreversível. Isso implica que, não se admite a possibilidade de abrir mão de mecanismos de controle de políticas monetária e fiscal. O Governo não emite sinais de que afrouxará a taxa de juros ou carreará recursos para financiar o setor público. Mesmo com uma previsão de queda na arrecadação, também em função da recessão, a ordem é apertar o cinto e gastar apenas o que prevê o Orçamento Geral da União. Qualquer novo gasto sugerido terá que vir acompanhado de uma nova fonte de recursos. Isso só é possível se a União reverter o quadro de distribuição dos tributos federais.